

NOGUEIRA, CARLOS. (ORG.).
O PORTUGAL MEDIEVAL: MONARQUIA E SOCIEDADE.
SÃO PAULO: ALAMEDA, 2010.

*por Adriana Maria de Souza Zierer**

Carlos Roberto Nogueira é professor de História Medieval na Universidade de São Paulo (USP) e entre as suas publicações estão os livros **Bruxaria e história** e **O diabo no imaginário cristão**. É coordenador do GEMPO – Grupo de Estudos Medievais Portugueses. Este grupo, ligado à Cátedra Jaime Cortesão, tem organizado eventos em Portugal e no Brasil desde 2006 e possui uma *homepage*, que apresenta a programação das suas atividades (eventos, cursos, palestras) bem como teses e dissertações de seus membros disponíveis para consulta *on line*.

O livro **Portugal Medieval** é fruto dos trabalhos apresentados no III Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval: Monarquia e Sociedade no Portugal Medieval, realizado em 2008 na Universidade de São Paulo. Conta com artigos de docentes universitários de Portugal e do Brasil, além da produção de alunos de Pós-Graduação do GEMPO e do *Scriptorium* (Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da Universidade Federal Fluminense).

A importância da publicação está diretamente relacionada à dificuldade de se encontrar livros produzidos no Brasil sobre a História Ibérica. Em estudo recente sobre as pesquisas de pós-graduação em História Medieval desenvolvidas no país, entre 1990-2003, Macedo afirmou que “a escolha

* Doutora em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Adjunta do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (Uema). E-mail: medievalzierer@terra.com.br

dos temas incide preferencialmente nas realidades da Península Ibérica (principalmente Portugal e em menor proporção a Espanha), havendo alguns estudos sobre França e Itália”,¹ o que mostra a necessidade de maior divulgação dos estudos sobre esse *locus* geográfico.

Neste sentido, **O Portugal Medieval** auxilia os interessados na temática ibérica e proporciona um panorama sobre a produção medieval em História de Portugal, bastante trabalhada nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, mas ainda com pequena expressão editorial no país.

O livro é dividido em duas partes: a primeira intitulada “Monarquia” e a segunda, “Sociedade”. Os textos em geral coadunam-se bem com a temática central das relações entre rei e sociedade. Mesmo os textos da segunda parte – “Sociedade”, voltados principalmente à religiosidade e à cultura, também estão centrados na relação destes aspectos com a figura régia.

Boa parte dos artigos aborda os mecanismos régios de controle da sociedade, através dos perfis dos reis, de sua associação ao messianismo, ao expansionismo – esse relacionado à luta contra os infiéis –, aos ritos e cerimônias régias. O rei está ligado à cultura, como destaca Osvaldo Ceschin, produzindo obras jurídicas no século XIII que versam sobre a justiça régia, como o *Fuero Real* e as *Sete Partidas*, de Afonso X, o Sábio, de Castela, e que também circulou em Portugal. Outro papel dos monarcas foi a sua ação como trovadores, exemplificada pelas figuras de Afonso III, de D. Dinis e do próprio Afonso X.

Ao lermos o conjunto dos trabalhos reunidos no livro, percebemos que a maior parte dos documentos analisados pelos autores foi produzida durante a Dinastia de Avis e é possível encontrar um eixo central que une a maioria dos artigos, que se refere ao debate em torno da sua legitimação no poder. É bom lembrar que D. João I (1383/1385-1433), o iniciador da dinastia, era bastardo, filho do rei D. Pedro (1357-1367) e irmão do último rei da dinastia de Borgonha, D. Fernando (1367-1383). Daí a construção de diversos escritos, encomendados no período avisino, visando a legitimação deste grupo político. Vários artigos tratam, por isso mesmo, da “propaganda” a que se dedicou a nova dinastia.

Os textos enfatizam a atividade régia e sua ligação ao bem comum, associado à boa aplicação da justiça. O rei é visto como representante de Deus na terra, o vigário de Deus, com vista ao bem dos súditos (cf. o capítulo de

¹ MACEDO, José Rivair. Os estudos de História Medieval no Brasil: tendências e perspectivas. **Notandum**. SP/Porto, Ano XII, n. 21, set-dez 2009, p. 100.

Margarida Garcez Ventura, p. 129). Uma vez que o soberano não tem superior no temporal, a Expansão Marítima portuguesa é realizada, a partir do século XV, tendo ao fundo uma justificativa religiosa: o combate aos infiéis, que vai ao encontro dos desejos do papado, mas atende também a interesses geopolíticos.

O monarca Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, está associado, pelo episódio da aparição de Cristo crucificado antes da Batalha de Ourique (1139), contra os mouros, da qual se tornou vencedor, ao messianismo e à luta contra os infiéis. Daí os textos de Rodrigo da Silva Salgado e de Katiúscia Quirino Barbosa mencionarem a sua figura e seu papel cruzadístico. Os monarcas da Dinastia de Avis, ao realizarem a expansão, buscaram sempre uma legitimação que volta a Afonso Henriques – a luta contra os infiéis –, o que garantiu o expansionismo geográfico do reino. O rei também cada vez mais centraliza o seu poder, deixando a monarquia de ser pactuada para se tornar, no século XV, uma monarquia de preeminência, (cf. o capítulo de Ventura, p. 131). Além disso, a própria guerra é um importante fator de legitimação régia, o que também foi assegurado pela expansão marítima.

A figura de D. João I foi construída a partir de aspectos messiânicos, que o tornaram conhecido como o “messias de Lisboa”, fundador de um novo tempo, a Sétima Idade, e foi associada à de Afonso Henriques (cf. o capítulo de Maria Helena da Cruz Coelho, p. 68), como é mostrado na *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, e na *Crônica da Guiné*, de Zurara.

A centralização do poder régio é enfatizada no livro desde D. Dinis (1279-1325). A imagem deste rei, segundo Augusto Ricardo Effgen, muda de feição nos relatos cronísticos. Enquanto na *Crônica Geral de Espanha de 1344*, escrito de caráter peninsular, é ressaltada a participação da Espanha na história portuguesa, na *Crônica de 1419*, escrita já no período da Dinastia de Avis, a participação de Castela é minimizada. Salienta-se a figura de D. Dinis como rei justo e expansionista e seu casamento com a rainha-santa, D. Isabel. As duas crônicas mostram a questão da autonomia de Portugal frente à Castela nos séculos XIV e XV.

As disputas territoriais entre Portugal e Castela em torno da descoberta e controle das ilhas Canárias são tratadas por Julieta Maria de Araújo e por Ana Carolina Lima Almeida. Essas disputas se iniciam desde o governo de Afonso IV (1325-1357). Ana Carolina Almeida trata das disputas de ambas as potências pela descoberta das ilhas Canárias e dos relatos feitos por Boccaccio

e Zurara sobre a preeminência portuguesa na descoberta das ilhas. Já Julieta Araújo centra-se no Concílio de Basiléia, iniciado em 1431 pelo papa Eugênio IV, e nas disputas territoriais e seus desdobramentos entre as duas potências.

Ana Carolina Delgado Vieira trata da comparação dos reis D. Pedro, D. Fernando e D. João I, segundo as crônicas escritas por Fernão Lopes sobre estes três monarcas. Enquanto D. Pedro é apresentado como rei que, apesar dos excessos, exerceu bem a justiça, D. Fernando é criticado pelo cronista e teria usado mal a justiça pela sua “inabilidade” em governar. Já D. João I, pelos seus aspectos messiânicos identificados pelo cronista, é visto positivamente. O grau de aprovação a esses monarcas pode ser percebido, segundo a autora, na descrição dos festejos por Fernão Lopes; enquanto nos reinados de D. Pedro e de D. João os festejos eram acompanhados por muitos populares, pelo fato destes reis fazerem “bom uso” da justiça, o mesmo não se verifica com D. Fernando. O seu cortejo fúnebre foi assistido por poucas pessoas do povo em virtude de seus “pecados” e pelo “mau casamento”, que o teriam afastado do bom exercício do bem comum.

Com relação às figuras de D. Pedro e D. Fernando, é interessante observar no livro dois artigos questionando os relatos de Fernão Lopes. Os artigos de Carlos Roberto Nogueira e de Armando Alberto Martins visam uma revalorização desses reis, que como precedentes de D. João I, fundador da Dinastia de Avis, são sempre vistos de forma mais ou menos folclórica. D. Pedro, o Cruel, aparece, segundo o cronista Fernão Lopes, como uma espécie de “louco”, tomando atitudes insensatas e impondo punições severas contra membros de vários grupos sociais. Carlos Nogueira desmistifica esses julgamentos, afirmando que vários episódios atribuídos a D. Pedro pertencem ao imaginário popular ou remetem a leis instituídas por outros reis. O autor apresenta atitudes do monarca de bom estadista, como a criação de duas leis para proteger os súditos da desonra e da corrupção da justiça e dos advogados (p. 35).

Outro rei mal compreendido pela historiografia é o monarca que precedeu D. João, seu irmão, D. Fernando, sempre visto como político inábil e traído pela mulher, Leonor Teles, e que, além disso, não conseguiu vencer as guerras que travou contra Castela. Armando Martins apresenta argumentos para que sua figura seja revista, apontando elementos positivos, como a elaboração de leis para fortalecer a economia do reino, uma importante atividade como legislador.

Dois textos relacionam Portugal e Brasil: os artigos de Manuela Mendonça e de Maria Eurydice de Barros Ribeiro. Mendonça explica a

política do senhorialismo em Portugal, isto é, a doação de grandes extensões de terra a determinadas famílias pelo rei. Essas doações, ligadas à constituição do território português, estavam inicialmente nas mãos das ordens militares por razões estratégicas e de defesa territorial. Mais tarde, após a subida ao trono de D. João I, ficaram nas mãos de duas famílias, Bragança e Viseu, que, apesar de reviravoltas políticas, continuaram influentes no reino. D. Manuel (1495-1521), da Casa de Viseu, tornou-se rei e sucedeu D. João II. Já a Casa de Bragança, à qual Martim Afonso de Sousa pertencia, foi agraciada no Brasil com grandes extensões de terra, as capitânicas hereditárias. Para a autora, o sentimento senhorialista também foi transferido para o Brasil, o que auxilia a compreensão do período colonial.

Maria Eurydice Ribeiro explica o uso de símbolos régios na coroação de D. Pedro I e a necessidade de sua afirmação como monarca numa nação ainda em fase de construção. Segundo a autora, Pedro I foi o primeiro monarca português a ser ungido (p. 160). Em Portugal o ritual da coroação e da unção, que seria uma forma de o monarca se mostrar submetido ao clero (cf. o texto de Ventura, p. 140), não era realizado, sendo o mais importante o levantamento e o juramento do rei diante do povo. No Brasil houve a unção e a recuperação de vários símbolos associados à monarquia, como o cetro com a figura do dragão, símbolo da Dinastia de Bragança, e a incorporação, já no século XIX, até mesmo de elementos da coroação de Napoleão Bonaparte para afirmar D. Pedro I como imperador de uma nação nascente.

Outro tema importante observado no livro é o da propaganda régia. São as ações que visam glorificar o monarca e seus feitos, ressaltando o seu papel junto aos súditos. Vários artigos tratam deste objeto. Maria Helena da Cruz Coelho ressalta a criação da imagem de D. João I como o rei da Boa Memória, através da construção de túmulos e de símbolos iconográficos relacionados à família real. A imagem do monarca e dos nobres esteve associada a atributos guerreiros e a da rainha Dona Filipa de Lancastre a virtudes morais e religiosas.

Através do conceito estudado pelo historiador Nieto Soria, sobre a propaganda régia, Clinio de Oliveira Amaral trata da construção de um santo relacionado à Dinastia de Avis, o infante Santo, D. Fernando, que pereceu durante o cativeiro após a derrota em Tânger, ocorrida em 1437. As hagiografias enfatizam o cativeiro de seis anos como um martírio, e também a sua virgindade, sua paciência e outras virtudes, além do fato de a Virgem Maria ter aparecido

a ele antes da sua morte. As qualidades do infante estariam relacionadas às virtudes morais de sua própria família, reforçando o fato de a Dinastia de Avis ser a eleita para governar Portugal.

Ainda a respeito da religiosidade, são destacadas as peregrinações e doações do rei Afonso V (1448-1481) ao mosteiro Nossa Senhora de Guadalupe, que, segundo Bruno Soares Miranda, podem estar relacionadas ao interesse de Portugal em manter um possível ponto de apoio em Castela, com quem manteve relações políticas instáveis.

O assistencialismo régio foi tratado por Priscila Aquino Silva, que o relacionou ao governo de D. João II (1481-1495). Este rei deixou recursos para a criação de casas religiosas para amparo aos pobres, as misericórdias, num contexto de aumento populacional. A imagem protetora do rei está associada a um símbolo deste monarca, o pelicano, que bica o próprio peito para salvar os filhotes famintos, em analogia ao Cristo crucificado para a salvação dos fiéis (p. 207-208).

Sobre o tema das virtudes na sociedade temos o artigo de José Rivair Macedo sobre o *Livro das Confissões*, voltado para a educação dos franciscanos, obra produzida em Castela e que foi traduzida em Portugal no final do século XIV. O *Livro* enfatiza a necessidade das virtudes e aponta como vício maior a avareza, que estaria associada ao lucro.

Nas relações rei-nobreza é interessante observar a ação régia através da prosa moralística, que consistiu na elaboração de manuais de comportamento para o controle deste grupo. Segundo Jonathan Mendes Gomes, um exemplo do que ele chama de “literatura técnica” é a *Arte de Bem Cavalgar Toda Sela*, de D. Duarte (1433-1438), que ensina as artes do bem cavalgar e mostra o paço como um lugar do jogo, onde as emoções da nobreza devem ser controladas para um melhor ajuste na sociedade. Débora Galvão de Santana trabalha com outra obra de D. Duarte, o *Leal Conselheiro*, voltada às funções do poder régio, na qual este rei ensina que o monarca é o único a possuir sabedoria para levar o povo ao bem comum (p. 147).

A relação rei-sociedade é discutida através de dois artigos referentes às cartas de perdão. Denise da Silva Nascimento analisa os pedidos dos carcereiros encaminhados ao rei D. João II, pois os primeiros eram considerados responsáveis pelas fugas das prisões, crime punido com a morte. Já Gracilda Alves trata das cartas dirigidas ao mesmo monarca em virtude de relações

amorosas. Mulheres pedem perdão por vários pecados: adultério, incesto, infanticídio. A autora menciona episódios femininos de relações carnavais com padres e de outras que sustentam os amantes. Apesar da condenação pela Igreja e pela monarquia, essas práticas eram realizadas e passíveis de absolvição, muitas vezes depois que essas relações haviam sido desfeitas, envolvendo a velhice e o arrependimento das damas que conseguiam muitas vezes o perdão régio através dessas cartas.

O preconceito em relação às mulheres é tratado no artigo de Candice Cerchiari sobre as religiosas que conseguiram ganhar autonomia na condução de mosteiros no século XIII e que, por este motivo, são ridicularizadas como “devassas” nas cantigas de escárnio e mal-dizer compostas no período. No texto de Sooraya Károan de Medeiros, mulheres são vistas gerindo as suas propriedades sem a tutela masculina e participam de disputas de demarcação de terras e de embates políticos, mostrando uma atitude ativa na sociedade.

Através de **O Portugal Medieval** podemos observar uma ampla gama de artigos tratando da influência da figura régia sobre a sociedade portuguesa e em especial no período de legitimação da Dinastia de Avis. Também temos alguns exemplos das relações do rei com diferentes esferas sociais: com a Igreja, os nobres, a população pobre, a cultura, a mulher e os acusados de crimes.

Graças ao livro é possível estabelecer contato com os debates atuais levantados pela historiografia portuguesa e brasileira envolvendo as relações entre Portugal e Espanha no Medievo. Pela amplitude dos temas e das discussões abordadas, os artigos contribuem positivamente para os estudos medievais e para a divulgação da história ibérica no Brasil.